

31 JAN 1989

Brasil

2 • Jornal de Brasília

Por que esperar?

Atimidez do Governo na execução de uma política fiscal antiinflacionária está submetendo o Plano Verão a seriíssimo risco. A cada dia mais se acentua a crença de que a estratégia das autoridades econômicas para sustentar o congelamento é a política monetária, via juros altos, supostamente destinada a arrefecer o consumo. Esta fórmula não deu certo no passado, não está dando certo agora — porque o consumo não caiu — e não dará certo no futuro, porque o custo da dívida pública interna crescerá. O monetarismo ascético é uma fórmula simples, quase simplista, de se administrar questão tão complexa como a inflação brasileira.

A questão-chave é o déficit público e a dívida pública interna. O Governo não pode se distrair dessa realidade porque, se o fizer, a inflação voltará com muito mais ímpeto, destruindo tudo o que estiver à frente, até à própria estabilidade do Governo.

O custo da dívida pública interna, mantida a atual política monetária, se tornará insuportável daqui a um mês quando se esgotar o caixa que o Governo produziu com as trocas de OTN, com deságio, por LFTs. As atuais taxas de overnight se encarregarão de fazer com que o custo da dívida pública interna se eleve. Para fazer face a esse incremento, o Governo deveria gerar superávits fiscais, cortando profundamente os seus gastos — com pessoal, com custeio, com investimento, com o que for. Mas não fez nada disso até agora, completados quinze dias do Plano Verão.

A política monetária de juros altos — ou juros altíssimos como defendem algumas áreas técnicas do Governo — é um jogo perigoso também por outra razão: ela onera os custos do sistema produtivo, criando tensão adicional no congelamento de preços. Neste momento, o congelamento é o ponto crítico do programa, porque muitos industriais já se recusam a entregar produtos ao mercado pelo preço congelado. Se para eles a situação já está ruim, ficará pior ainda se os juros se mantiverem altos. Como o Governo pretende administrar esse dilema?

Não há alternativa alguma fora do ajuste fiscal que, sendo indispensável ao êxito do Plano Verão, é também um dever moral com o qual o Governo se comprometeu já no alvorecer do Pacto Social. Desde novembro, portanto, vem postergando o cumprimento dessa obrigação.

A questão da inevitabilidade do ajuste fiscal já foi amplamente debatida pelo meio técnico, pelo meio político, pelo meio social. Todos concordam ser impossível dispensá-lo. Por que o Governo tenta ganhar tempo? Receiamos que, ganhando tempo para fazer o que tem de ser feito, ele perca tempo na tarefa de garantir sucesso ao Plano Verão. Daqui a pouco a inflação estará reinstalada e nada mais poderá ser feito senão partir toda a sociedade para o salve-se-quem-puder. Esse momento não será igual ao pós-Cruzado I. Aquele foi um momento de aflição econômica. Este outro será de uma incontrolável crise política de efeitos devastadores sobre o País.